



SINOSAUDE-SP

CNTSS CUT

Quem cuida mesmo
do gente merece
salário decento

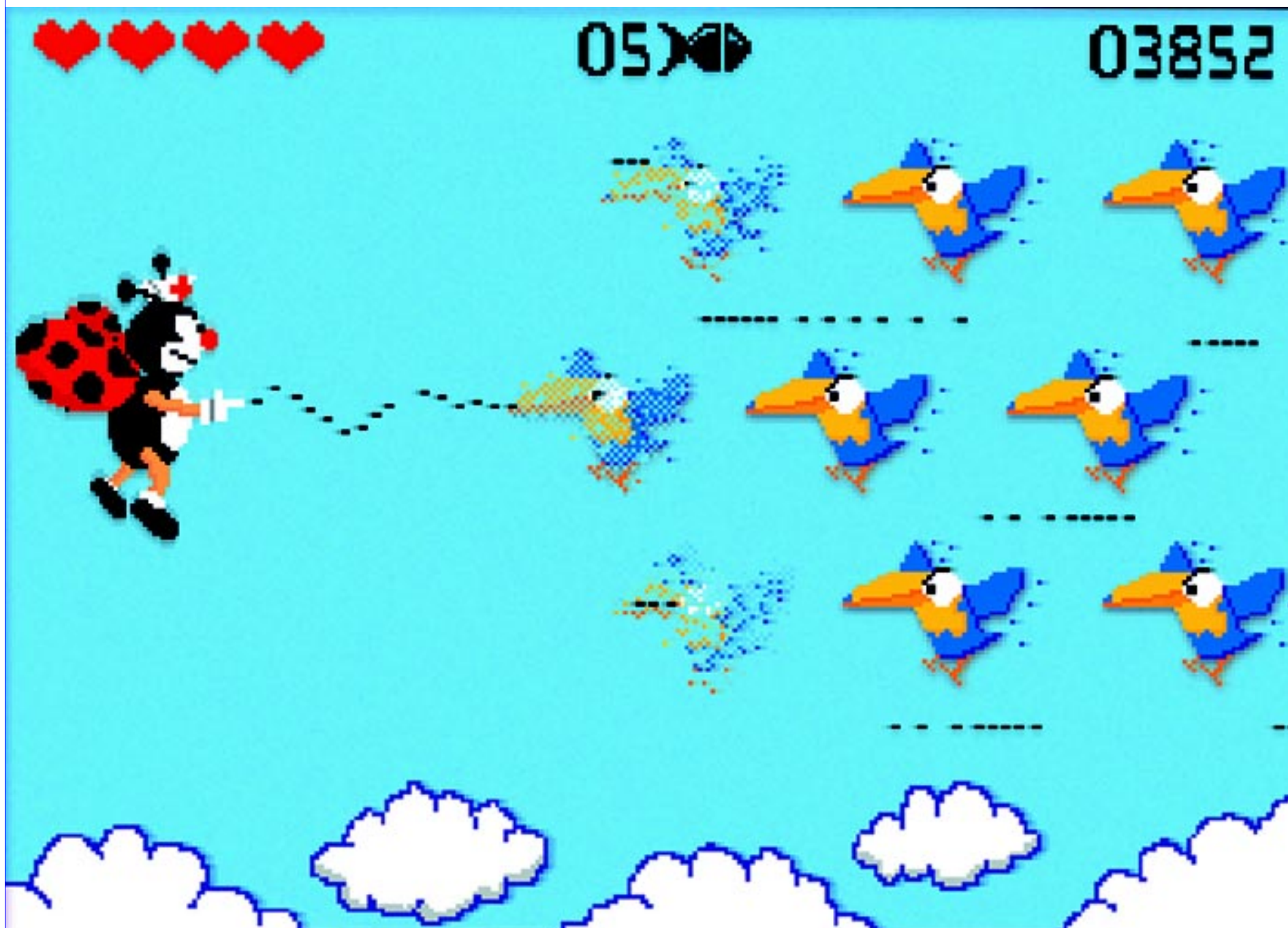


Aumento salarial de 30%

• Salário igual para todos • 30 horas para todos
• Não atrasar os salários nem descontar alíquotas

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo - Ano XIII - Nº 84 - Setembro/2004

Nestas eleições acerte no alvo





Charge

Ilustração de Ramon baseada no jogo digital *Space Impact*

Saúde em São Paulo

Saúde pública fica órfã com o Alckmin

Ao longo dos últimos 11 anos, dois governos do PSDB demonstram, claramente, que o objetivo é diminuir cada vez mais o alcance dos investimentos em Saúde pública genuína, daquela feita pelo Estado e para o povo.

Exemplo indiscutível desse modelo privatizante são as Organizações Sociais. Os governos de Mário Covas e Geraldo Alckmin, o gerente das privatizações, usam dinheiro dos impostos para financiar projetos privados de Saúde, que não são revertidos à maioria das pessoas.

Numa definição prática, as Organizações Sociais (OS's) são hospitais novos, construídos e mantidos com dinheiro público, mas entregues a entidades de caráter privado. O povo paga, mas nem todos podem usar. Os hospitais entregues a OS's só atendem o número de pessoas previsto no limite estipulado em comum acordo com o governo estadual. Ou seja, se um determinado hospital estipula que só atende o máximo de 100 pessoas por vez, ninguém mais entra, mesmo que esteja baleado, atropelado ou tendo um ataque do coração. Simples assim. Não entra e pronto.

Só pagando

Terrível, desumano e desonesto, já que quem paga é discriminado. Mas não é tudo. Mesmo que não esteja com "lotação máxima", uma OS pode suspender os atendimentos caso conclua que não tem



Manchete do Diário estampa manobra do PSDB contra a Saúde

dinheiro suficiente. Assim, se um cidadão chegar por lá em estado de emergência, ouvirá um sonoro "desculpe, mas estamos sem dinheiro". Temos documentos que comprovam esse absurdo.

Ao contrário, os hospitais que continuam sendo administrados diretamente pelo governo não medem esforços para atender a todos, e seus trabalhadores se desdobram para superar as más condições de trabalho e atendimento.

Discriminação

Mesmo assim, recebem menos dinheiro que as OS's, em termos proporcionais. Em 2003, os gastos com hospitais ainda administrados diretamente pelo Estado foram, em média, de R\$ 26 milhões. As OS's, talvez como prêmio por discriminarem pacientes, tiveram investimentos de R\$ 41 milhões, em média.

Isso é farra com dinheiro público, gesto de quem não acredita em Saúde pública como prioridade.

Tanto é assim que o gover-

no Alckmin desvia dinheiro da Saúde para outras finalidades, conforme denúncia feita pelo SINDSAÚDE-SP em outubro do ano passado, amplamente divulgada pela imprensa.

Malandragem

Ficou provado que o governo de São Paulo retirou R\$ 551 milhões da Saúde no orçamento preparado para 2004. Mas fez isso de uma forma bem malandra, incluindo gastos com penitenciárias e até compra de terrenos como se fossem gastos com Saúde. Assim, o governo pensava poder enganar a opinião pública e dizer que gastava o mínimo que a Constituição obriga.

O próprio governo estadual, apanhado em flagrante, reconheceu a manobra, mas só adicionou R\$ 250 milhões ao orçamento, menos da metade do que deveria. Em 2004, o mesmo crime constitucional foi denunciado pelo jornal *Diário de São Paulo*.

Nada disso é acidente ou engano. São atitudes planejadas, que mostram o valor que o PSDB dá à Saúde pública. Vai votar neles?

Editorial

Em defesa do serviço público

O SINDSAÚDE-SP não está, nem nunca esteve, atrelado a qualquer estrutura partidária. Defendemos e praticamos a autonomia sindical como valor primordial.

Portanto, nossa razão de existir é a defesa dos direitos de quem trabalha na Saúde pública estadual. Aos nossos filiados, que definem democraticamente nossos rumos, jamais pedimos credenciais partidárias.

Mas a defesa do trabalhador público é, simultânea e necessariamente, a defesa do sistema público de Saúde, no qual enxergamos um caminho obrigatório para a construção da cidadania. Não existe futuro digno sem que o Estado promova, com todas as suas forças, serviços de Saúde acessíveis a todos. Mais, é preciso radicalizar essa experiência, fazendo

com que os resultados dos investimentos no sistema sejam de domínio público, impedindo que a rede sirva de laboratório para entidades privadas adquirirem conhecimentos e cobrarem por eles antes, durante e depois das parcerias.

Aí residem nossas diferenças com o atual governo do Estado de São Paulo. Como funcionários, vivemos um constante embate por melhores salários e condições de trabalho, deparando-nos sempre com altos níveis de inflexibilidade. Como cidadãos que têm a oportunidade de observar a questão de dentro para fora, vislumbramos a adoção de uma política que vai enfraquecendo cada vez mais o serviço público.

Por isso, sem risco de ferir nossa autonomia, mas em conformidade com ela, desaconselhamos o voto no PSDB e em partidos que o apóiam.

Sempre em lados opostos

Outro motivo para não votar em candidatos do PSDB ou de partidos aliados ao governo estadual é a maneira como tradicionalmente esse grupo trata os trabalhadores. Estão sempre do lado oposto. Vamos lembrar alguns fatos.

Logo na primeira vez em que teve de lidar com reivindicações de trabalhadores, o ex-presidente Fernando Henrique abriu sua caixa de ferramentas e desceu o porrete. Em maio de 1995, trabalhadores da Petrobrás entraram em greve. O principal motivo foi o descumprimento de um acordo firmado entre os trabalhadores e o governo Itamar, do qual FHC era ministro e, como tal, participante das negociações que desrespeitou mais tarde.

Pau por decreto

No primeiro dia de greve, o governo do PSDB manda cortar o ponto. FHC baixa um decreto para punir servidores em greve através de exoneração, corte de compensações e abonos e corte de ponto. Por causa do decreto, 104 trabalhadores são demitidos sumariamente, como castigo por fazer greve.

Usando as mesmas palavras que conhecemos tão bem na boca de Geraldo Alckmin, FHC dispara: "Não negociamos com grevistas", como se greve fosse um crime, não um direito previsto na Constituição que ambos ajudaram a escrever.

A greve continua, em histórica demonstração de força dos trabalhadores. No 22º dia do movimento, o Exérci-

to invade refinarias e expulsa os trabalhadores com a ponta da baioneta. 100% dos salários são cortados. FHC, que descumpriu a palavra e desrespeitou acordo, age como se estivesse acima da lei. Os antigos generais devem ter sentido orgulho de tão surpreendente discípulo.

Sem conversa

Serra, ministro da Saúde, também dá sua demonstração de autoritarismo contra os trabalhadores. Em junho de 1999, demite quase 6 mil funcionários da Funasa (veja mais detalhes em matéria na página 4). Os mesmos trabalhadores vão à Brasília protestar, diante do gabinete do ministro. Serra chama a tropa de choque para expulsá-los.

Isso sem falar no enorme desemprego causado pelas privatizações desenfreadas do governo FHC.

Aqui em São Paulo, Geraldo Alckmin é o mais fiel seguidor das práticas anti-sindicalistas e antitrabalhadores do PSDB. Todos nós sabemos como o Alckmin age, pois somos vítimas desse comportamento anti-democrático. Mesmo assim, vale lembrar alguns exemplos.

Tratamento à bala

Na nossa greve deste ano, o governo estadual nos ameaçou de prisão, alegando que os grevistas eram criminosos. Só não o fez porque a reação do Sindicato foi dura e rápida.

Alckmin mandou cortar nosso ponto e surpreendeu a todos e passou por cima das negociações ao cortar, em ca-



Dois momentos da relação dos tucanos com os trabalhadores: em 95, o Exército invade refinarias e ...

Agência Folha



... em maio de 2004 a PM se prepara antes de disparar balas de borracha sobre estudantes e trabalhadores das Fatecs

ráter irrevogável, 100% do Prêmio de Incentivo de mais de 2 mil trabalhadores. Por falar nisso, se dependesse apenas desse mesmo governo, nenhum trabalhador municipalizado receberia o Prêmio de Incentivo, como já acontece na maioria das cidades.

Nos locais de trabalho, é

aquilo que você já conhece: perseguição, desrespeito, falta de material e, por economia, corte de alimentação. Ridículo e trágico. No primeiro semestre deste ano, o governo Alckmin liberou a polícia, repetindo ação do ano 2000, para atacar trabalhadores e estudantes da Fatec, atingidos

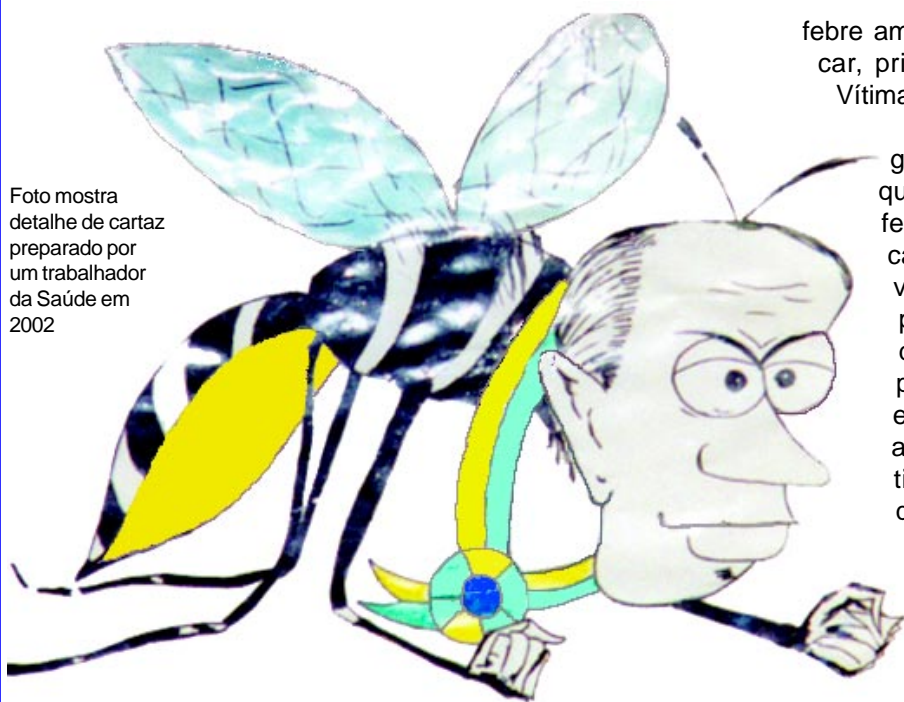
com balas de borracha.

Ué, mas as coisas não são assim mesmo? Não, há outros governos tratando os trabalhadores de maneira digna, com negociação permanente e respeito, mesmo durante greves.

Tudo isso precisa ser levado em conta na hora de votar para prefeito e vereador.

Para a Saúde, Serra é do mal

Foto mostra detalhe de cartaz preparado por um trabalhador da Saúde em 2002



febre amarela volta a atacar, primeiro em Goiás. Vítimas morrem.

Em março, surge a suspeita de que a vacina contra febre amarela teria causado meningite viral e matado 83 pessoas na região de Campinas. Em pânico, o governo estadual suspende a vacinação. Questionado, Serra diz que não é com ele: “Suspender a vacinação é responsabilidade de cada Estado”, em mais um sinal de que

A eleição na Capital coloca em cena José Serra, ex-ministro da Saúde e candidato derrotado à Presidência da República. Vamos lembrar alguns de seus feitos como Ministro da Saúde.

Em 31 de março de 1998, em seu discurso de posse, Serra anuncia que iria extinguir cargos na Funasa e repassar as responsabilidades do órgão para os estados e municípios. O Ministério só repassaria verbas. A decisão de descentralizar é tomada de forma ultracentralizadora e colocada em prática sem preparação adequada.

A Funasa era responsável, entre outras coisas, pelo combate a epidemias, como a dengue e a febre amarela. Com a extinção de 26 gerências regionais de Saúde e deslocamento de 3 mil funcionários, Serra afirma pretender reduzir em R\$ 50 milhões os investimentos no combate a epidemias.

Retrocesso

A Funasa foi desmontada. 5.792 funcionários são demitidos em junho de 1999. Em janeiro de 2000, os primeiros resultados já surgem. Após 26 anos de sua erradicação, a

ele acredita que o governo deve se livrar de certas tarefas. A meningite viral torna-se surto em Campinas: 534 casos.

Em junho de 2000, o governo FHC anuncia cortes de R\$ 1 bilhão na Saúde. Em agosto, surto de rubéola atinge o Rio Grande do Norte. A febre amarela em 2000 sobe 39% em relação ao ano anterior.

As obras de saneamento, anunciadas por Serra, em seu discurso de posse, como responsabilidade do Ministério da Saúde, perdem 74% de verbas no segundo mandato de FHC.

Abandono

No final de 2001, a Funai aciona seu alarme: 70% das áreas indígenas brasileiras simplesmente ficaram sem nenhum tipo de assistência médica. Índios são literalmente abandonados na gestão Serra.

Desde 2000, a dengue dá sinais consistentes de que vai virar um drama nacional. A Funasa permanece desorientada. O Ministério da Saúde patina. Três anos depois, até o Exército é chamado para combater a doença, que seguia ceifando vidas.

Segundo um ensaio publicado pelo IPEA, a Saúde no período FHC perdeu aproximadamente R\$ 2,5 bilhões. Serra declara, em entrevista publicada em 1999, que vê o SUS apenas como uma forma de atender quem não recebe mais de três salários mínimos. Para ele, portanto, o SUS não passa de um plano de saúde para pobres e gerido por pobres - no caso, os trabalhadores da Saúde.

Mesmo entre aqueles que Serra diz serem seus maiores feitos, o combate ao fumo e os genéricos, os desafios que o ex-ministro enfrentou foram pequeninos.

Bola murcha

Os genéricos representam menos de 10% do consumo

brasileiro. A proibição de comerciais de cigarro na TV e os anúncios amedrontadores nos maços não abafou a verdadeira fumaça: o aumento da tributação, arma usada em outros países, não foi tentada por aqui.

A multiplicação dos agentes comunitários, outra bandeira de Serra, foi feita sem articulação com outros programas e por isso surtiu efeito pífilo. De 1998 a 2001, as internações estáveis caíram apenas de 35,2% para 33,3%.

A situação andava tão ruim que foi lembrada até pelo então técnico palmeirense Felipão, que anos após conquistaria a Copa de 2002: “É, a Saúde tá uma beleza”, ironizou, após crítica do ministro ao time paulistano.

E agora?

Dois anos após a saída de Serra do ministério, é descoberta a “máfia do sangue”, quadrilha que agiu sem embaraços em sua gestão.

Esses são alguns exemplos do legado de Serra na Saúde. Você, que trabalha na área, vai votar nele?

Fontes: arquivos digitais da Folha de S. Paulo e “Por que Serra não foi o melhor ministro da Saúde”, de Juarez Guimarães (Carta Maior, 23 de abril de 2002)

O tratamento pode ser diferente

Pode ser diferente para a Saúde pública. No plano federal, foi instalada no ano passado a Mesa Permanente de Negociação do SUS. Mesa que, aliás, havia sido desmontada pelo ex-ministro José Serra. Hoje, periodicamente, trabalhadores, usuá-

rios e governo federal debatem problemas e projetos para o setor. Acordos são documentados e cumpridos. Em algumas cidades, como a capital de São Paulo, o mesmo acontece.

Muito diferente do que ocorre com o governo estadual, que enfia projetos goela abai-

xo da Assembléia e toma decisões sem se importar com o Conselho Estadual de Saúde.

No item investimentos, também há diferenças. Por dois anos, o governo federal aumentou as verbas para a Saúde. Haverá a contratação de milhares de trabalhadores.

Aumento aprovado

O aumento para os trabalhadores estaduais foi aprovado pela Assembléia Legislativa no último dia 8.

O governo Alckmin, com a ajuda de deputados do PSDB e aliados, conseguiu deixar a votação do projeto dos aumentos para a última hora.

Dessa forma, impediu que as dezenas de emendas apresentadas fossem votadas. Se algum deputado tentasse fazer o plenário apreciar alguma emenda, o prazo para votação estouraria. Aí, o aumento não chegaria em outubro.